



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 21.986/2022
Tomada de Preços nº 02/2022

EDITAL

TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2022

- **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA PREDIAL NA VARA DO TRABALHO DE PARANAÍBA/MS.

SESSÃO PÚBLICA PARA RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

DATA: 10/11/2022 (quinta-feira).

HORÁRIO: 09h00 HORÁRIO LOCAL / MS.

LOCAL: Sala de Licitações do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região -
Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira nº 208, 3º andar,
Jardim Veraneio (Parque dos Poderes), Campo Grande - MS.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 21.986/2022
Tomada de Preços nº 02/2022

TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2022

O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO torna público para conhecimento dos interessados que no **dia 10 de novembro de 2022 (quinta-feira), às 09h00 (horário local), na Sala de Licitações** deste Tribunal, localizada na Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira nº 208, 3º andar, Jardim Veraneio (Parque dos Poderes), em Campo Grande - MS, fará realizar, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação designada pela Portaria TRT/DG nº 148/2022, a sessão pública para o recebimento de envelopes (documentos de habilitação e propostas), o credenciamento e a realização da licitação, na modalidade **TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2022**, tipo menor preço, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA PREDIAL NA VARA DO TRABALHO DE PARANAÍBA/MS**, conforme as especificações e as condições constantes neste Edital e seus Anexos, pelo regime de execução indireta, empreitada por preço global, a ser regida pelas regras deste Edital, pela Lei nº 8.666/1993, pela Lei Complementar nº 123/2006 e pela legislação complementar, observadas as disposições a seguir estabelecidas.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação consiste na **Contratação de empresa especializada de serviços de engenharia ou arquitetura para execução de reforma predial na Vara do Trabalho de Paranaíba/MS**, conforme especificações constantes neste Edital.
 - 1.1.1. Local e endereço do imóvel da execução dos serviços: Vara do Trabalho de Paranaíba, Rua José Robalinho da Silva nº 130, CEP 79.500-000, Paranaíba/MS.
- 1.2. O edital e seus anexos encontram-se disponibilizados na página da internet deste Tribunal, no seguinte endereço eletrônico "<http://www.trt24.jus.br>".

2. DO VALOR MÁXIMO ESTIMADO

- 2.1. O valor máximo estimado para a execução dos serviços de que trata esta Tomada de Preços é de **R\$ 276.352,02**.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 3.1. A despesa decorrente do objeto desta licitação correrá à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, no Programa de Trabalho 02.122.0033.4256.0054 e na Natureza de Despesa 3.3.90.39 (Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica).



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 21.986/2022
Tomada de Preços nº 02/2022**

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 4.1. A participação neste certame é ampla a todas as empresas que atendam às condições deste Edital e seus anexos, devidamente cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas.
- 4.1.1. As condições exigidas para o cadastramento no SICAF podem ser consultadas por meio do endereço eletrônico "<https://www.comprasnet.gov.br/seguro/ajudaGovBr.asp>". Os documentos para o cadastramento deverão ser encaminhados pelo fornecedor, diretamente à plataforma SICAF e de forma digital;
- 4.1.2. Serão admitidos cadastros ou sistemas equivalentes dos Estados e Municípios, observado que a impossibilidade de acesso ao respectivo cadastro, frustrando o objetivo da diligência, acarretará a inabilitação da empresa.
- 4.2. Não poderão participar desta licitação:
- 4.2.1. As empresas que se encontrem sob falência, recuperação judicial ou extrajudicial, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação;
- 4.2.1.1. As empresas em situação de recuperação judicial poderão participar desta Tomada de Preços se comprovarem que o plano de recuperação foi acolhido judicialmente, nos termos do art. 58 da Lei nº 11.101/2005.
- 4.2.2. As empresas em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição ou ainda, cooperativas;
- 4.2.3. A empresa estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- 4.2.4. Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/93;
- 4.2.4.1. Considera-se participação indireta, para fins do disposto neste artigo, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.
- 4.2.5. As empresas que tenham sido impedidas ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a União (artigo 7º da Lei nº 10.520/2002) ou com a Administração Pública (artigo 87, inciso IV da Lei nº 8.666/93), bem como as empresas suspensas temporariamente para contratar com a Administração (artigo 87, inciso III da Lei nº 8.666/93);
- 4.2.6. As empresas inscritas no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP ou no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (Lei nº 12.846/2013).
- 4.2.7. O servidor ou dirigente do TRT da 24ª Região.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 21.986/2022
Tomada de Preços nº 02/2022**

- 4.3. A participação na licitação pressupõe o pleno conhecimento de todas as condições para execução do objeto constante do Edital, do Termo de Referência e dos Anexos, podendo a licitante, caso entenda necessário, optar pela realização de vistoria nas condições previstas no item 02 do Termo de Referência.
- 4.3.1. Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, as **licitantes** não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto deste certame.
- 4.4. É vedada a contratação, manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato, inclusive de prestação de serviços, com empresa que tenha ou venha ter em seu quadro societário, ou ainda que tenha ou venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao LICITANTE, bem como daqueles servidores vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, de acordo aos arts. 2º, inc. VI, e 3º da Resolução CNJ nº 7/2005, com redação dada pelas Resoluções CNJ nº 9/2005 e 229/2016.

5. DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

- 5.1. Até o dia, hora e no local, fixados no preâmbulo deste Edital, o licitante interessado deverá apresentar à Comissão Permanente de Licitação, simultaneamente, os documentos de habilitação (envelope nº 1) e a proposta de preços (envelope nº 2), em envelopes separados, lacrados, com indicação em sua parte externa, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 1 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE

TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2022 – TRT 24ª REGIÃO

ENVELOPE Nº 2 – PROPOSTA DE PREÇOS

RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE

TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2022 – TRT 24ª REGIÃO

- 5.2. Os envelopes encaminhados via postal ou similar deverão ser remetidos à Comissão Permanente de Licitação do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região para o seguinte endereço: Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira nº 208, 3º andar, Jardim Veraneio (Parque dos Poderes), Campo Grande – MS, CEP 79.031-908.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 21.986/2022
Tomada de Preços nº 02/2022**

- 5.2.1. O TRT da 24ª Região não se responsabilizará por envelopes que não cheguem ao local na data e até o horário pré-estabelecido para a realização da licitação, sendo que, iniciada a sessão pública estará precluso o direito de participação.

6. DO CREDENCIAMENTO

- 6.1. O licitante interessado em participar da sessão pública para a abertura dos envelopes deve credenciar seu representante legal, impreterivelmente, até o dia, hora e local fixados no preâmbulo deste Edital. Os representantes legais não credenciados e qualquer cidadão poderão acompanhar o desenvolvimento da licitação, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.
- 6.2. O credenciamento do representante legal do licitante deverá ser efetuado mediante a apresentação dos seguintes documentos:
- 6.2.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social, devidamente registrados na Junta Comercial ou no órgão competente, quando a pessoa credenciada for proprietário ou sócio-dirigente da empresa licitante;
- 6.2.2. Procuração ou declaração do licitante que estabelece poderes para que a pessoa credenciada possa falar em seu nome em qualquer fase desta licitação, com firma reconhecida em Cartório, bem como cópia do RG e CPF do credenciado;
- 6.2.3. No caso de sociedade por ações, a procuração deverá vir acompanhada de documentos de eleição de seus administradores.
- 6.3. O documento credencial poderá ser apresentado à Comissão Permanente de Licitação no início dos trabalhos, isto é, antes da abertura dos envelopes Documentos de Habilitação e Proposta, ou quando esta o exigir e, cada credenciado poderá representar apenas um licitante.

7. DA SESSÃO PÚBLICA E DOS PROCEDIMENTOS

- 7.1. A abertura dos envelopes Documentos de Habilitação e Proposta será realizada em sessão pública, da qual se lavrará ata circunstanciada. A ata, os documentos e igualmente a proposta serão rubricados e assinados pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e pelos representantes legais dos licitantes presentes.
- 7.2. O licitante que estiver cadastrado no SICAF, em situação regular, poderá dispensar, por sua opção, a apresentação dos documentos abrangidos pelo cadastro.
- 7.2.1. Caso algum documento do sistema SICAF esteja desatualizado, efetuar-se-á a verificação nos sítios oficiais da documentação pendente o que constituíra meio legal de prova.
- 7.3. O licitante que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste Edital ou com irregularidades, será inabilitado, não se admitindo complementação posterior.
- 7.3.1. A regularidade do cadastramento e da habilitação parcial do licitante no SICAF poderá



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 21.986/2022
Tomada de Preços nº 02/2022**

ser confirmada por meio de consulta *on line* quando da abertura do envelope Documentos de Habilitação.

- 7.4. Se não houver tempo suficiente para concluir o julgamento da habilitação e proposta ou se surgirem dúvidas que não possam ser dirimidas de imediato pela Comissão Permanente de Licitação, a sessão pública será suspensa, devidamente motivada em ata e a conclusão do julgamento dar-se-á mediante publicação de aviso no endereço eletrônico <http://www.trt24.jus.br> - Tomada de Preços nº 02/2022 ou comunicação direta aos licitantes, por intermédio de ofício ou e-mail.
- 7.4.1. Serão estabelecidas pela Comissão Permanente de Licitação novas datas e horários para a continuidade das sessões suspensas e os licitantes serão convocados a comparecerem mediante publicação de aviso no endereço eletrônico www.trt24.jus.br / transparência / contas publicas / licitações / **Tomada de Preços nº 02/2022** ou comunicação direta, por intermédio de e-mail;
- 7.4.2. Os envelopes “Proposta” ficarão sob a guarda da Comissão Permanente de Licitação, devidamente rubricados no fecho pelos seus membros e pelos representantes legais dos licitantes presentes.
- 7.5. Ultrapassada a fase de habilitação não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Permanente de Licitação.
- 7.5.1. Abertos os envelopes Proposta, não caberá desclassificar as propostas por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.
- 7.6. Somente serão consideradas ultrapassadas as fases da licitação, na ocorrência das seguintes situações:
- 7.6.1. Se houver renúncia registrada em ata ou formalizada por escrito de todos os licitantes ao direito de interposição de recurso; ou
- 7.6.2. Se transcorrido o prazo regulamentar, sem que tenha havido interposição de recurso; ou
- 7.6.3. Se dado o conhecimento do deferimento ou indeferimento do recurso interposto.
- 7.7. No julgamento da habilitação e das propostas, a Comissão Permanente de Licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos, nem a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado em ata e acessível a todos, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.8. Os envelopes contendo as propostas dos licitantes inabilitados ficarão à disposição destes pelo período de 10 (dez) dias úteis, contados do encerramento da licitação (transcorrido o prazo regulamentar para interposição de recurso contra o resultado da licitação ou, se for o caso, quando denegados os recursos interpostos), após o que serão destruídos.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 21.986/2022
Tomada de Preços nº 02/2022**

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação dos licitantes, a Comissão Permanente de Licitação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9º, III, da Lei nº 8.666/1993;
- b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ (Lei nº 8.429/1992);
- c) Cadastro Nacional das Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União ou no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (Lei nº 12.846/2013);
- d) Cadastro de licitantes inidôneas, mantido pelo Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/1992.

8.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em **nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário**, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.1.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.1.2.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

8.1.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será declarado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.2. Não ocorrendo inabilitação, será consultado o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, para os licitantes cadastrados, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

8.3. Para habilitar-se na presente licitação o interessado deverá apresentar no **Envelope nº 1** toda a documentação comprobatória a seguir relacionada, exceto, por sua opção, aquela que consta do



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Processo nº 21.986/2022
Tomada de Preços nº 02/2022

SICAF:

- 8.3.1. Habilitação jurídica;
 - 8.3.2. Regularidade fiscal e Trabalhista;
 - 8.3.3. Qualificação econômica e financeira;
 - 8.3.4. Qualificação técnica;
 - 8.3.5. Declarações diversas.
- 8.4. A documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA** em vigor (com todas as alterações efetuadas ou consolidadas) para fins de comprovação de regularidade da empresa e da legitimidade do signatário da proposta e dos demais documentos, conforme o caso, consistirá em:
- 8.4.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;
 - 8.4.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
 - 8.4.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
 - 8.4.4. Decreto de autorização em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
 - 8.4.5. No caso de Procurador deverá ser apresentado também:
 - 8.4.5.1. Instrumento de mandato público; **OU**
 - 8.4.5.2. Instrumento de mandato particular assinado pelo representante legal da empresa com a legitimação comprovada e com a firma reconhecida em Cartório, bem como cópia do RG e CPF do outorgado.
- 8.5. A documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:
- 8.5.1. Certidão conjunta Negativa de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, com abrangência das Contribuições Sociais (alínea “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212/1991);
 - 8.5.2. Certidão Negativa de débito perante a Fazenda Estadual;
 - 8.5.3. Certidão Negativa de débito perante a Fazenda Municipal;
 - 8.5.4. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Processo nº 21.986/2022
Tomada de Preços nº 02/2022

relativo ao domicílio ou sede da empresa licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.5.4.1. A comprovação do cadastro poderá ser realizada por meio de consulta aos dados cadastrais do SICAF.

8.5.5. Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

8.5.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas perante a Justiça do Trabalho.

8.5.6.1. No caso de certidões válidas e conflitantes (positiva e negativa) para o mesmo CNPJ, prevalecerá a certidão emitida com a data mais recente.

8.6. A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

8.6.1. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

8.6.1.1. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

8.6.1.2. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

8.6.2. Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.6.3. Comprovação de Patrimônio Líquido ou Capital não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio do Balanço Patrimonial e das Demonstrações Contábeis;

8.6.4. Certidão Negativa de Feitos sobre Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida por Distribuidor da sede da Pessoa Jurídica.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Processo nº 21.986/2022
Tomada de Preços nº 02/2022

8.6.4.1. As empresas em situação de recuperação judicial poderão participar desta Tomada de Preços se comprovarem que o plano de recuperação foi acolhido judicialmente, nos termos do art. 58 da Lei nº 11.101/2005.

8.7. A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

Capacitação técnico-operacional (da empresa licitante):

8.7.1. Certidão de inscrição da empresa licitante e certidão de inscrição de, pelo menos 01 (um), responsável técnico (engenheiro civil ou arquiteto) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), referente ao exercício de 2022. No caso de certidão emitida por outra unidade da Federação, deverá ser apresentada com o visto do CREA – MS ou CAU-MS, por ocasião da contratação;

8.7.2. Um ou mais atestado(s) de capacidade técnica fornecido(a)(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente registrado(s) pelo CREA / CAU, que comprove(m) a prestação de serviços, pela empresa licitante, de execução ou supervisão de construção ou reforma predial com área construída mínima de 250,00 m².

Capacitação técnico-profissional (do profissional):

8.7.3. Comprovação de que possui em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, responsável(is) técnico(s) (engenheiro civil ou arquiteto) detentor(es) de Certidões de Acervo Técnico (CAT emitida pelo CREA / CAU), por execução ou supervisão de construção ou reforma predial, sem qualquer limitação mínima de quantitativo executado.

8.7.3.1. Para a comprovação de que o profissional integra o quadro permanente da empresa licitante ou da eventual empresa subcontratada, poderá ser apresentado um dos documentos abaixo relacionados, para cada profissional:

a) cópia autenticada da CTPS; **OU**

b) original ou cópia autenticada do contrato de trabalho permanente ou contrato de trabalho temporário, desde que por tempo superior ao da execução dos serviços; **OU**

c) cópia autenticada do Livro de Registro de Empregados da empresa; **OU**

d) contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio; **OU**

e) declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.

8.7.3.1.1. O(s) profissional(is) indicado(s) pela empresa licitante para fins de comprovação da qualificação técnica deverá(ão) participar da realização dos serviços desta licitação, admitindo-se a substituição



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 21.986/2022
Tomada de Preços nº 02/2022**

do(s) mesmo(s) por outro(s) que detenha(m) as mínimas qualificações exigidas e/ou experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região.

8.7.3.1.2. O(s) profissional(is) detentor(es) de acervo técnico nomeado por uma licitante não poderá(ão) ser apresentado(s) como Responsável(is) Técnico(s) de outra licitante.

8.8. Deverão ser apresentadas, ainda, as seguintes DECLARAÇÕES DIVERSAS:

8.8.1. Declaração da empresa proponente de que não possui, em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei nº 9.854/1999), conforme modelo **Anexo II** deste edital;

8.8.2. Declaração da empresa de que inexistente(m) fato(s) impeditivo(s) para a sua habilitação, conforme modelo **Anexo III** deste Edital;

8.8.3. Tratando-se de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte beneficiária do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, DECLARAÇÃO de que atende aos requisitos previstos nos incisos I e II do art. 3º da citada Lei e, ainda, de que não apresenta nenhum dos impedimentos previstos em seu § 4º, conforme modelo **Anexo IV** deste Edital;

8.8.3.1. A falsidade de declaração prestada objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, sujeitará o licitante às sanções previstas no Código Penal e neste Edital.

8.8.4. Declaração que tem total ciência da adequação do projeto básico constante desse edital, sendo que as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor total do contrato a ser assinado, computando-se esse percentual para verificação do limite do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, conforme **ANEXO V**.

8.9. A regularidade do cadastramento e da habilitação parcial do licitante no SICAF poderá ser confirmada por meio de consulta *on line* quando da abertura do envelope Documentos de Habilitação.

8.10. No caso de o licitante ser inabilitado por conta de irregularidade constatada quando da consulta no SICAF, e comprovar ter entregado a documentação à sua Unidade de Cadastramento no prazo regulamentar, a Comissão Permanente de Licitação condicionará a habilitação à verificação da autenticidade e/ou validade da documentação pendente, por meio de consulta online ou, ainda, por meio de diligência a ser efetuada junto ao órgão cadastrador.

8.11. Para fins de habilitação, a verificação pela Comissão Permanente de Licitação nos portais oficiais



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 21.986/2022
Tomada de Preços nº 02/2022**

de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, observado que a impossibilidade de acesso ao respectivo *site*, frustrando o objetivo da diligência, acarretará a inabilitação da empresa.

- 8.12. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz, observado que essa informação deverá constar do próprio documento.
- 8.13. Considerar-se-á de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da emissão, o prazo de validade dos documentos que não o contiver expresso. **Essa previsão não se aplica ao atestado de capacidade técnica, nos termos do artigo 30, § 5º da Lei nº 8.666/93.**
- 8.14. Caso os licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte apresentem na fase de habilitação alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 8.14.1. A não-regularização da documentação dentro do prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 8.15. Os documentos exigidos nesta licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório de Serviços Notariais e Registrais ou por servidor da Administração ou publicação em órgão da imprensa oficial.
- 8.15.1. A Comissão Permanente de Licitação do TRT da 24ª Região reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento sempre que julgar necessário;
- 8.15.2. A conferência da autenticidade de fotocópias por servidor do TRT da 24ª Região somente será efetuada mediante a apresentação do ORIGINAL.

9. DA PROPOSTA

- 9.1. A proposta de preços conforme modelo constante do **Anexo I** que faz parte do **Envelope nº 2** deverá ser emitida por computador ou datilografada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo representante legal, como também rubricadas todas as suas folhas e deverá conter:
- 9.1.1. Razão social do licitante, o CNPJ, números de telefones e e-mail, se houver, e o respectivo endereço com CEP, bem como o banco, a agência e os respectivos códigos e o número da conta corrente para efeito de emissão de nota de empenho e posterior pagamento;
- 9.1.2. Preços unitários e totais propostos para a execução total dos serviços, expresso em Real



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 21.986/2022
Tomada de Preços nº 02/2022**

(R\$), sendo que as frações inferiores a R\$ 1,00 (um real) deverão ser grafadas com, no máximo, 2 (duas) casas decimais após a vírgula que segue a unidade;

9.2. **No Envelope nº 2 (proposta)** deverá conter, além da proposta, os seguintes documentos:

- 9.2.1. Planilha de Quantitativo de Custos Unitários (PQCU), contendo a descrição dos serviços, quantitativos idênticos ao proposto pelo TRT, custos unitários e totais de cada item, na forma do **Anexo VI**;
- 9.2.2. Planilha de Composição de Custos Unitários (PCCU), contendo a descrição dos serviços, quantitativos idênticos ao proposto pelo TRT, custos unitários e totais de cada item, na forma do **Anexo VII**;
- 9.2.3. Planilha de Composição de BDI, observado o método de cálculo constante do **Anexo VIII**;
- 9.2.4. Planilha de Encargos Sociais e Trabalhistas, observados os percentuais máximos de cada encargo social para horista e mensalista e o percentual total, conforme **Anexo IX**;
- 9.2.5. Cronograma Físico-Financeiro, contendo a descrição dos serviços e seus custos por etapa e seu percentual de execução, custos totais de cada etapa, na forma do **Anexo X**.

9.3. Em nenhuma hipótese o conteúdo da proposta poderá ser alterado, seja com relação ao preço, pagamento, prazo ou qualquer condição que importe a modificação dos seus termos originais, ressalvadas apenas aquelas destinadas a sanar evidentes erros materiais, ou falhas formais, alterações essas que serão analisadas pela Comissão Permanente de Licitação.

- 9.3.1. Serão corrigidos automaticamente pela Comissão Permanente de Licitação quaisquer erros aritméticos e os efeitos de suas intercorrências, inclusive no preço global da proposta;
- 9.3.2. A falta de data e/ou rubrica da proposta poderá ser suprida pelo representante legal do licitante com poderes para esse fim e presente à sessão oportuna;
- 9.3.3. A falta do CNPJ e/ou endereço completo poderá, também, ser preenchida pelos dados constantes dos documentos apresentados dentro do Envelope nº 1 – Documentos de Habilitação.

9.4. É facultada à Comissão Permanente de Licitação ou à autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informação que deveriam constar originariamente dos envelopes de documentos de habilitação e de proposta.

9.5. As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias a contar da data prevista no preâmbulo desta Tomada de Preços para recebimento e início da abertura dos envelopes Documentos de Habilitação e Proposta.

- 9.5.1. Caso a proposta não indique o prazo de sua validade, o apresentado nesta condição será considerado como aceito para efeito de julgamento.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 21.986/2022
Tomada de Preços nº 02/2022**

- 9.6. Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 60 (sessenta) dias, e persista o interesse do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, este poderá solicitar prorrogação da validade acima referida, por igual prazo, no máximo.
- 9.7. Decorridos 60 (sessenta) dias da data prevista para o recebimento e abertura dos envelopes Documentos de Habilitação e Proposta, sem que ocorra a convocação ou a solicitação de que trata o subitem anterior, os licitantes ficam liberados dos compromissos assumidos.

10. DA ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

- 10.1. Os preços indicados ao objeto, nas propostas ofertadas pelos licitantes, deverão ser fixos e irrevogáveis, ressalvadas as disposições do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.
- 10.2. Nos preços ofertados deverão estar inclusos os encargos sociais e trabalhistas, impostos, taxas, fretes, enfim, quaisquer outras despesas necessárias à execução do objeto, bem como deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedidos.
- 10.3. Só serão aceitos preços em moeda nacional, ou seja, em Real (R\$), em algarismos arábicos, desprezando-se qualquer valor além dos centavos.
- 10.4. Havendo divergência entre os preços unitários e totais, prevalecerão os primeiros.
- 10.5. A proposta apresentada e levada em consideração para efeito de julgamento será de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração, seja para mais ou para menos.
- 10.6. Deverá ser observado o preço global máximo estimado constante da Planilha de Quantitativos e Custos Unitários, conforme **Anexo VI**.
- 10.6.1. Poderão ser utilizados custos unitários diferentes daqueles constantes da Planilha de Quantitativos e Custos Unitários (**Anexo VI**), desde que o preço global orçado e o de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro do contrato, fiquem iguais ou abaixo de seus preços de referência constantes do **Anexo X (Cronograma Físico-Financeiro)**.
- 10.6.1.1. Para fins de aplicação neste Edital e no Contrato, o termo etapa será empregado para se referir ao período composto de 30 (trinta) dias consecutivos.

11. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 11.1. Para o julgamento será adotado o critério **MENOR PREÇO GLOBAL**, observada a compatibilidade com as especificações constantes nos anexos e as demais condições definidas neste edital.
- 11.1.1. Considera-se preço global o valor total apurado na proposta, ou seja, o somatório de todos os itens da planilha de preços, apresentada na forma do **Anexo VI**.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 21.986/2022
Tomada de Preços nº 02/2022**

- 11.2. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital, as que apresentarem preço em desacordo com os critérios definidos no item 10, e aquelas que estejam assinadas por representantes sem legitimidade comprovada.
- 11.2.1. Poderão ser utilizados custos unitários diferentes daqueles constantes da Planilha de Quantitativos e Custos Unitários (**Anexo VI**), desde que o preço global orçado e o de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro do contrato, fiquem iguais ou abaixo de seus preços de referência constantes do **Anexo X (Cronograma Físico-Financeiro)**.
- 11.3. Serão desclassificadas as propostas com preço manifestamente inexeqüível, nos termos do artigo 48, § 1º da Lei nº 8.666/93, que cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:
- 11.3.1. Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração constante do **Anexo I**, ou
- 11.3.2. Valor orçado pelo TRT da 24ª Região constante do **Anexo I**.
- 11.4. Caso a proposta melhor classificada não tenha sido ofertada por **MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE** e houver proposta de microempresas e empresas de pequeno porte igual ou até 10% (dez por cento) superior à melhor oferta, proceder-se-á da seguinte forma:
- 11.4.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte poderá no prazo de 10 (dez) minutos, contados da solicitação do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, na sessão de habilitação e julgamento das propostas, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto deste Edital;
- 11.4.2. Não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, na forma da subcondição anterior, o Presidente da Comissão Permanente de Licitação, convocará os licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 11.4.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, será realizado sorteio que definirá a ordem de convocação para o encaminhamento da oferta final do desempate.
- 11.5. Na hipótese de não-contratação nos termos previstos na condição anterior, o objeto será adjudicado ao licitante com proposta originalmente melhor classificada.
- 11.6. No caso de empate entre duas ou mais proponentes, será efetuado sorteio em ato público, para o qual todos os interessados serão convocados por e-mail com a data, horário e local da sessão pública de desempate, na forma do § 2º do artigo 45 da Lei nº 8.666/1993.
- 11.6.1. A sessão pública para realização do sorteio de desempate será marcada com



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 21.986/2022
Tomada de Preços nº 02/2022**

antecedência de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas;

- 11.6.2. O sorteio de desempate será realizado de forma não eletrônica e ocorrerá independentemente da presença das empresas interessadas;
- 11.6.3. Será lavrada Ata de Realização da Sessão Pública do sorteio de desempate que levará a assinatura da Comissão e dos representantes legais presentes;
- 11.6.4. O resultado do sorteio será comunicado por *e-mail* aos interessados e publicado na página deste Tribunal na rede mundial de computadores (internet).
- 11.7. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, preço ou vantagem baseados nas ofertas dos demais licitantes.
- 11.8. Não se admitirá proposta que apresentar preço simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatível com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que este Edital não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 11.9. À Comissão Permanente de Licitação, além do recebimento e exame das propostas, caberá o julgamento da obediência às condições aqui estabelecidas, bem, ainda, em seus anexos, e a decisão quanto às dúvidas ou omissões deste Ato Convocatório.
- 11.10. A Comissão Permanente de Licitação poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do TRT da 24ª Região ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.
- 11.11. Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão Permanente de Licitação poderá fixar aos licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de novos documentos de habilitação ou propostas escoimadas das causas da inabilitação ou desclassificação, nos termos do art. 48, § 3º da Lei nº 8.666/1993.

12. DA ADJUDICAÇÃO

- 12.1. Constatado o atendimento às exigências fixadas no edital, o objeto desta Tomada de Preços será adjudicado à licitante vencedora, depois de decididos os recursos, quando houver, sujeito à homologação pela autoridade competente do TRT da 24ª Região.

13. DA IMPUGNAÇÃO E DO RECURSO

- 13.1. É facultado a qualquer cidadão ou licitante impugnar, por escrito, os termos da Tomada de Preços por irregularidade na aplicação da Lei nº 8.666/1993, nos prazos a seguir:
 - 13.1.1. Por qualquer cidadão em até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a sessão pública de abertura dos envelopes;
 - 13.1.2. Por qualquer licitante em até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a sessão pública



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Processo nº 21.986/2022
Tomada de Preços nº 02/2022

de abertura dos envelopes.

- 13.2. Decairá do direito de impugnar os termos deste Ato Convocatório perante a Administração do TRT da 24ª Região, apontando as falhas ou irregularidades que o viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso, os seguintes signatários:
- 13.2.1. Qualquer cidadão que não o fizer até **03/11/2022 (quinta-feira)**, quinto dia útil que anteceder à data marcada para a sessão pública de abertura dos envelopes;
- 13.2.2. O licitante que não o fizer até **07/11/2022 (segunda-feira)**, segundo dia útil que anteceder à data marcada para a sessão pública de abertura dos envelopes.
- 13.3. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não a impedirá de participar desta Tomada de Preços até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.
- 13.3.1. A impugnação interposta poderá ser feita por e-mail licitacao@trt24.jus.br ou protocolizada no Gabinete da Diretoria Geral do TRT da 24ª Região, situado à Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira nº 208, 3º andar, Jardim Veraneio (Parque dos Poderes), Campo Grande - MS, das 11h00 às 17h00, em dias úteis da Justiça do Trabalho.
- 13.4. Caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de habilitação ou a inabilitação de licitante, contra o julgamento das propostas e contra a anulação ou a revogação do certame, conforme o disposto no art. 109, da Lei nº 8.666/1993.
- 13.5. Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e os recursos subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado para responder pela proponente.
- 13.6. Os recursos deverão obedecer aos seguintes requisitos, sob pena de não serem conhecidos:
- 13.6.1. Ser dirigido ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, nos casos de habilitação ou inabilitação de empresa e de classificação ou desclassificação de proposta;
- 13.6.2. Ser dirigido ao Ilmo. Sr. Diretor Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região nos casos de anulação ou de revogação da licitação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos termos do § 4º, do artigo 109, inciso I, alínea c, da Lei nº 8.666/1993;
- 13.6.3. Ser apresentado em original, fundamentado, contendo Razão Social, CNPJ e endereço, rubricado em todas as folhas e assinado pelo representante legal, devidamente comprovado;
- 13.6.4. Ser protocolizado tempestivamente no Protocolo da Diretoria Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, situada na Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira nº 208, 3º andar, Jardim Veraneio (Parque dos Poderes), Campo Grande – MS, CEP 79.031-908, das 11h00 às 17h00, em dias úteis da Justiça do Trabalho.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 21.986/2022
Tomada de Preços nº 02/2022**

13.7. A solicitação de esclarecimento de dúvidas a respeito de Condições deste Edital e de outros assuntos relacionados à presente licitação deverá ser efetuada pelas empresas interessadas em participar do certame, preferencialmente, até o 3º (terceiro) dia útil que anteceder a data estabelecida no preâmbulo deste Instrumento Convocatório para a sessão pública de abertura dos envelopes.

13.7.1. Os pedidos de esclarecimentos serão respondidos diretamente à empresa consulente.

14. DA CONTAGEM DOS PRAZOS

14.1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando explicitamente disposto em contrário.

14.2. Só se iniciam e vencem os prazos estabelecidos no presente edital em dia de efetivo expediente do TRT da 24ª Região.

15. DA CONTRATAÇÃO

15.1. A contratação do objeto licitado dar-se-á mediante a celebração de contrato entre o Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região e a licitante vencedora, conforme a minuta constante do **Anexo XI**.

15.2. A licitante que não efetuar a devolução do contrato, devidamente assinado, nos prazos estabelecidos a seguir, estará sujeita à aplicação das sanções legais cabíveis.

15.2.1. Para licitante sediada nesta Capital: 03 (três) dias úteis;

15.2.2. Para licitante sediada em outros municípios: 10 (dez) dias consecutivos.

15.3. O prazo para devolução do contrato devidamente assinado poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

15.4. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o contrato no prazo estabelecido, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei nº 8.666/1993.

16. DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1. Não será permitida a subempreita total dos serviços. Todavia, considerando-se a complexidade da obra e/ou reforma, será permitido fazê-la até o **percentual de 50% (cinquenta por cento)** do valor global do contrato mediante a autorização prévia do CONTRATANTE, permanecendo a CONTRATADA responsável direta e exclusivamente pela fiel observância das obrigações contratuais.

16.1.1. Os serviços especializados passíveis de subcontratação são:



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 21.986/2022
Tomada de Preços nº 02/2022**

- 16.1.1.1. Programa de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) e Programa de Gerenciamento de Riscos (2,0%);
- 16.1.1.2. Paredes e forros em gesso comum e acartonado drywall (1%);
- 16.1.1.3. Portão basculante metálico com motor (3,0%);
- 16.1.1.4. Cobertura, telhas, impermeabilização e calhas'/rufos (6,0%);
- 16.1.1.5. Esquadrias de madeira e ferragens (4,0%);
- 16.1.1.6. Guarda-corpo metálico (1,0%);
- 16.1.1.7. Instalações de cabeamento estruturado (12,5%);
- 16.1.1.8. Piso em concreto e granitos (15,0%);
- 16.1.1.9. Esquadrias de vidro temperado e acessórios (3,0%);
- 16.1.1.10. Equipamentos e instalações de ar condicionado (2,5%).

16.2. As demais informações relativas à subcontratação encontram-se estabelecidas no item 04 do Projeto Básico.

17. DOS SEGUROS, DAS GARANTIAS E DAS COBERTURAS CONTRA RISCOS

17.1. Correrá por conta da CONTRATADA as seguintes garantias, sendo necessária a apresentação da apólice ou comprovação correspondente, nos termos e condições do item 12 do Projeto Básico:

- 17.1.1. Garantia contratual;
- 17.1.2. Seguro de responsabilidade civil;
- 17.1.3. Seguro de risco de engenharia.

18. DAS PENALIDADES

- 18.1. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirá-lo dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.
- 18.2. A proponente é responsável pela fidelidade e pela legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação/inabilitação da empresa que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a vencedora, a rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.
- 18.3. A contratada ficará obrigada a manter, durante todo o período de vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e de



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 21.986/2022
Tomada de Preços nº 02/2022**

qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão contratual.

18.4. A atuação irregular da contratada, no cumprimento das obrigações assumidas, acarretará o registro das penalidades no SICAF.

18.5. As penalidades decorrentes da contratação/execução estão previstas no Projeto Básico.

19. DA VISTORIA DO LOCAL DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

19.1. A participação na licitação pressupõe o pleno conhecimento de todas as condições para execução do objeto constante do Edital, do Termo de Referência e dos Anexos, podendo a licitante, caso entenda necessário, optar pela realização de vistoria nas condições previstas no item 02 do Termo de Referência.

19.1.1. Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, as **licitantes** não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto deste certame.

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. A participação nesta licitação implica o conhecimento integral por parte das proponentes, dos termos e condições nela inseridos, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.

20.2. A responsabilidade pelo atendimento a todas as especificações constantes neste Edital é inteiramente da empresa proponente. A não apresentação ou a ausência de alguma informação que possa prejudicar a análise da Comissão Permanente de Licitação não exime a empresa da responsabilidade de executar o contrato de acordo com as exigências editalícias, cuja análise circunstanciada dos serviços será feita pela fiscalização do contrato.

20.3. Fica assegurada à autoridade competente do TRT da 24ª Região revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, podendo, ainda, anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, observado que, neste caso, a anulação não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no artigo 59, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

20.4. Durante os trabalhos de julgamento dos documentos e das propostas poderá a Comissão Permanente de Licitação convocar as licitantes para prestarem esclarecimentos, devendo ser atendida, obrigatoriamente, no prazo máximo de 1 (um) dia útil a partir da intimação, sob pena de inabilitação/desclassificação da proposta.

20.5. As deliberações da Comissão Permanente de Licitação somente serão consideradas definitivas após a homologação pela autoridade competente deste Tribunal.

20.6. Informações poderão ser obtidas exclusivamente por intermédio da Seção de Licitações do TRT da 24ª Região, das 11h00 às 17h00, em dias úteis da Justiça do Trabalho, na Rua Delegado



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 21.986/2022
Tomada de Preços nº 02/2022**

Carlos Roberto Bastos de Oliveira nº 208, 3º andar, Jardim Veraneio (Parque dos Poderes).
Campo Grande – MS, CEP 79.031-908; pelo telefone (67) 3316-1700 ou pelo e-mail:
licitacao@trt24.jus.br.

20.7. O Tribunal Regional do Trabalho 24ª Região é cadastrado no CNPJ sob o nº 37.115.409/0001-63.

20.8. O presente Edital é composto de 26 (vinte e seis) páginas.

21. DOS ANEXOS E DOS DOCUMENTOS

21.1. Fazem parte integrante deste edital os seguintes documentos e Anexos:

- Projeto Básico;
- Caderno de Encargos;
- Memorial;
- I - Modelo de Proposta;
- II - Declaração referente ao subitem 8.8.1;
- III – Declaração referente ao subitem 8.8.2;
- IV – Declaração referente ao subitem 8.8.3;
- V – Declaração referente ao subitem 8.8.4;
- VI - Planilha de Quantitativos de Custos Unitários;
- VII – Planilha de Composição de Custos Unitários;
- VIII – Planilha de Composição de BDI;
- IX - Planilha de Composição de Encargos Sociais e Trabalhistas;
- X - Cronograma Físico e Financeiro;
- XI – Minuta de contrato.

Campo Grande - MS, 24 de outubro de 2022.

**CARLOS ALBERTO BARLERA COUTINHO
CHEFE DA SEÇÃO DE LICITAÇÕES**



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 21.986/2022
Tomada de Preços nº 02/2022**

ANEXO I – MODELO DE PROPOSTA

RAZÃO SOCIAL: _____
CNPJ: _____
ENDEREÇO: _____
CONTATO: _____
E-MAIL: _____
DADOS BANCÁRIOS: _____

Tomada de Preços nº 02/2022

- **OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA PREDIAL NA VARA DO TRABALHO DE PARANAÍBA/MS.**

Nos termos do Edital, o signatário apresenta proposta para execução dos serviços, declarando:

Que o preço global da proposta, em Reais (R\$), pelo qual a licitante se compromete a executar inteiramente os serviços objeto desta licitação, será no valor de **R\$** _____
(_____);

Que o prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias consecutivos, a contar da data de abertura do envelope “Documentos”;

Que por ser do seu conhecimento, submete-se a todas as cláusulas e condições do Edital e Anexos relativo à licitação supra, bem como, as disposições da Legislação em vigor;

Que cumpre as exigências de não vínculo empregatício, nos termos da Resolução CNJ nº 7/2005, com redação dada pelas Resoluções CNJ nº 9/2005 e 229/2016.

_____, ____ de _____ de 2022.

**Assinatura do Representante Legal
Identificação (nome por extenso)
CPF e RG**



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 21.986/2022
Tomada de Preços nº 02/2022**

ANEXO II

DECLARAÇÃO

A empresa .x.x.x.x.x.x.x..., inscrita no CNPJ sob o nº .x.x.x.x.x.x..., por intermédio de seu representante legal, Sr(a). .x.x.x.x.x.x.x..., portador(a) da Carteira de Identidade nº .x.x.x.x.x.x..., expedida pelo(a) .x.x.x.x.x.x.x..., CPF nº .x.x.x.x.x.x.x..., **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 12 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e que não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

_____, ____ de _____ de 2022.

Assinatura do Representante Legal
Identificação (nome por extenso)
CPF e RG

Obs.: Em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 21.986/2022
Tomada de Preços nº 02/2022**

ANEXO III

DECLARAÇÃO

A empresa __x.x.x.x.x.x.x.x__, estabelecida na Rua/Av. __x.x.x.x.x.x.x.x__, na cidade de __x.x.x.x.x.x.x.x__, inscrita no CNPJ sob o nº __x.x.x.x.x.x.x.x__, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem (m) fato (s) impeditivo (s) para a sua habilitação na **TOMADA DE PREÇOS nº 02/2022**, realizada pelo TRT da 24ª Região, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

_____, ____ de _____ de 2022.

**Assinatura do Representante Legal
Identificação (nome por extenso)
CPF e RG**



ANEXO IV

_____, _____ de _____ de 2022.

Página 25 de 26

